

Brasil

AVANÇO MODERADO

Em 2024, o Brasil fez um avanço moderado em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo publicou duas atualizações da “Lista Suja” nacional, em abril e outubro, contendo dados sobre empregadores que o Ministério do Trabalho e Emprego constatou estarem usando trabalho escravo, inclusive infantil, com a adição recorde de 424 novos empregadores. Além disso, o Ministério do Trabalho e Emprego estabeleceu o primeiro Grupo Móvel Especial Nacional permanente de Combate ao Trabalho Infantil e aprovou o Regimento Interno Atualizado da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, estendendo à comissão a capacidade de emitir resoluções, recomendações e notas públicas sobre questões relacionadas ao trabalho infantil. O Grupo Especial também retirou um total de 472 crianças de situações de trabalho infantil durante o período em análise. O governo também publicou o Quarto Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que delineia a estratégia do governo para enfrentar o tráfico de pessoas por meio de cinco prioridades principais, incluindo o foco no tráfico de crianças. Por fim, várias agências governamentais, juntamente com a Organização Internacional do Trabalho, realizaram uma campanha nacional de um mês, em junho último, para comemorar o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. O enfoque da campanha foi dar visibilidade às crianças cujos direitos são violados, destacando as diversas atividades realizadas diariamente por trabalhadores infantis. Embora o governo tenha envidado esforços significativos em todas as áreas relevantes durante o período do relatório, as leis do país não obedecem ao padrão internacional quanto à proibição ao tráfico infantil, pois exigem que seja comprovado o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para que o crime de tráfico de crianças esteja tipificado. Além disso, o número relatado de inspetores do trabalho provavelmente não é suficiente para oferecer uma cobertura adequada da força de trabalho, e os governos locais não dispõem dos meios adequados para implementar e monitorar plenamente o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e outros programas de proteção social.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS SUGERIDAS PARA ELIMINAR O TRABALHO INFANTIL

As ações governamentais sugeridas abaixo fechariam as lacunas identificadas pelo USDOL no Brasil para que o país implemente os seus compromissos internacionais para eliminar as piores formas de trabalho infantil.

Área	Ação recomendada
Estrutura jurídica	Garantir que as leis não exijam o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para tipificar o crime de tráfico infantil.
	Criminalizar o recrutamento de crianças menores de 18 anos por grupos armados não estatais.
	Garantir que a disposição sobre trabalho leve, que proíbe crianças menores de 18 anos de trabalhar em horários e locais que não lhes permitam frequentar a escola, também limite as horas durante as quais as crianças em idade escolar podem trabalhar e especifique as atividades das quais podem participar.
Aplicação da lei	Aumentar significativamente o número de inspetores do trabalho de 1.865 para 7.190 para dar cobertura adequada à força de trabalho de aproximadamente 108 milhões de trabalhadores.
	Publicar informações relacionadas aos esforços de aplicação do direito penal, como o número de investigações realizadas, processos iniciados, condenações obtidas e se foram impostas penalidades por crimes de trabalho infantil; certificar-se de que os órgãos de fiscalização pertinentes coordenem esforços para coletar e compartilhar dados de casos que envolvam tráfico infantil para exploração sexual, assegurando-se de que os dados sejam desagregados por idade das vítimas.
	Responsabilizar os autores de crimes de trabalho infantil de acordo com a lei.
Programas sociais	Eliminar as barreiras à educação, inclusive garantindo um número adequado de professores qualificados, construindo um número suficiente de escolas, melhorando a infraestrutura escolar e tomando medidas para matricular crianças em áreas rurais.
	Fornecer financiamento aos governos locais para que eles possam implementar e monitorar o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

Área	Ação recomendada
	Prover os recursos necessários aos governos estaduais para assegurarem-se de que as vítimas de tráfico infantil recebam serviços sociais adequados e garantir a disponibilidade de abrigos especializados para crianças vítimas de exploração sexual comercial.
	Publicar os resultados da Pesquisa Nacional sobre Trabalho Forçado realizada em 2019.